



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

077

20
m

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 168113-4/01

EMBARGANTE: JOSÉ WILSON DE LIRA MELO

EMBARGADO: RITA MARIA ALVES DA SILVA E OUTRO

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

EMENTA: Civil e Processo Civil -- Embargos de Declaração -- Omissão - Requerimento ao benefício de prioridade na tramitação de todos os atos ou diligências judiciais, face a qualidade de idoso do embargante - Requerimento acolhido - Quanto as demais questões comprovadamente foram todas analisadas - Inexistência de omissão - Fica patente a pretensão do Embargante de rever o julgado, e ver sua tese vencedora - Embargos Declaratórios acolhidos em parte, apenas para que sejam feitas as devidas anotações da tramitação prioritária prevista no Estatuto do Idoso e do Código de Processo Civil - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 168113-4/01, que tem como embargante JOSÉ WILSON DE LIRA MELO e embargada RITA MARIA ALVES DA SILVA E OUTRO, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em ACOLHER EM PARTE os Embargos de Declaração apenas para que sejam feitas as devidas anotações da tramitação prioritária prevista no Estatuto do Idoso e do Código de Processo Civil, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que passam a integrar esse julgado.

Recife, 15/12/2009


Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

21
me
c72

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 168113-4/01

EMBARGANTE: JOSÉ WILSON DE LIRA MELO

EMBARGADO: RITA MARIA ALVES DA SILVA E OUTRO

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

RELATÓRIO:

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por José Wilson de Lira Melo contra o Acórdão proferido por esta Terceira Câmara Cível nos autos do recurso de Apelação Cível nº168113-4.

Alega a parte embargante que os presentes embargos tem a finalidade de prequestionar questão de lei federal, além de apontar omissão quanto ao requerimento ao benefício de prioridade na tramitação de todos os atos ou diligências judiciais, face a qualidade de idoso do embargante; quanto a precária força probatória dos documentos apresentados pelos apelados e do pagamento de indenização ao apelante por frutos colhidos indevidamente, fls.(02/11).

Era o importante a relatar.

Recife, 15/12/2019

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



22
mm
079
/

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça

Gabinele Des. Silvio de Arruda Beltrão

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 168113-4/01

EMBARGANTE: JOSÉ WILSON DE LIRA MELO

EMBNARGADO: RITA MARIA ALVES DA SILVA E OUTRO

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO:

Quanto a ausência de pronunciamento judicial sobre o benefício da prioridade na tramitação de todos os atos e diligências por ser o embargante idoso.

De fato, apesar desse pedido ter sido apresentado já no primeiro grau, em sede de contra-razões, não foi devidamente apreciado, nem pelo juiz a quo, nem por este Relator, sendo assim, em obediência ao Art. 1211-B, voto para que seja determinado a Diretoria Cível que seja anotado a prioridade na tramitação do feito face a qualidade de idoso da parte embargante.

Quanto aos demais pontos embargados, na verdade o embargante pretende rediscutir a matéria que foi devidamente tratada no referido julgado, como se pode concluir do acórdão vergastado:

EMENTA: Civil e Processo Civil – Apelação Cível – Ação de Reintegração de Posse.

Agravo Retido – Da não Aplicação da Preclusão Consumativa – Novas alegações colacionadas aos autos após a contestação – Desentranhamento da peça impugnada - Art. 300, CPC - Irrelevância da peça impugnada para a conclusão da sentença – Aplicação do princípio da economia e celeridade processual – Agravo Retido não provido – Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

080
/

23
m

Preliminar de Conversão da Ação de Reintegração de Posse em Imissão na Posse – Preliminar prejudicial de mérito – Não conhecida.

Mérito – Ação de Reintegração de Posse – Art. 927, CPC – Carência da Ação – Não comprovação da posse – Impossível a aplicação do Princípio da Fungibilidade em face as diferenças substanciais existentes entre a ação reivindicatória e a ação petitória - A ação de reintegração presta-se unicamente a discutir a posse, e, portanto, nos exatos termos do art. 927 do CPC, exige-se a prova da posse anterior e a sua perda em razão do esbulho – Não ocorrência – Recurso não provido – Decisão unânime.

E por óbvio, o pedido de indenização ao embargante por frutos colhidos indevidamente não foi tratada, face a não procedência da ação. E mais, sequer foi debatido devidamente o direito de propriedade, portanto, não teria como se discutir o direito ou não a indenização.

Fica patente a pretensão do Embargante de rever o julgado e ver sua tese vencedora, ao reiterar a discussão dos mesmos fundamentos fáticos e jurídicos já esposados nas suas respostas à petição inicial, à apelação cível.

Conforme jurisprudência desta corte, mesmo que os Embargos de Declaração pretendam prequestionar a matéria, deve-se observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE ADMITE AÇÃO DIRETA DA VÍTIMA CONTRA SEGURADORA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS IMPROVIDOS. UNÂNIMIDADE. - Embargos declaratórios não se prestam a adequar a decisão ao entendimento do embargante. E mesmo quando visem ao prequestionamento, não podem ultrapassar os contornos do art. 535 do CPC. - Embargos improvidos. Unanimidade". (Embargos de Declaração nº 75259-4/01, Relator do Acórdão: Des. José Fernandes, Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível, Publicação: Nº DJ: 199 Data da Publicação: 21/10/2003).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

081/ 24 m

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - PLANO DE SAÚDE - CIRURGIAS DECORRENTES DE GASTROPLASTIA - CIRURGIAS NÃO REPARADORAS - NEGATIVA DE COBERTURA - CLÁUSULA ABUSIVA - SÚMULA 30 DO TJPE - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. 1. Sabe-se que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e em face de construções jurisprudenciais, admissíveis em decisões judiciais em sentido amplo e também com efeitos modificativos. Em regra, não possuem caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação. 2. **Contudo, são também os Embargos de Declaração utilizados com o objetivo de prequestionamento de questão federal e/ou constitucional, para efeito de viabilizar a interposição de recurso especial ou recurso extraordinário. Trata-se de requisito necessário à admissão desses recursos, nos quais não se pôde ventilar questões que não foram objeto de tratamento no acórdão recorrido.** 3. **Entretanto, cediço é que mesmo nos casos de omissão a respeito de uma questão federal ou constitucional que devesse ter sido objeto de discussão no julgamento, os Embargos de Declaração devem observar os limites traçados pelo art. 535 do CPC, somente podendo ser recebido se forem apontadas obscuridade, contradição ou omissão.** 4. Não há o que se aclarar na decisão embargada, a qual apreciou a lide nos termos em que foi posta. Ademais, esta Corte não é obrigada a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelo Embargante, mormente quando decidiu com fundamentos suficientes para esgotar os aspectos jurídico-processuais da demanda. 5. Recurso improvido à unanimidade de votos". (Embargos de Declaração nº 162193-8/02, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível, Data do Julgamento: 24/07/2008). (grifo nosso)

No mesmo sentido os Embargos de Declaração nº 163499-9/02, Relator: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 25.05.2008.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

Por tudo o exposto, acolho em parte os presentes aclaratórios, apenas para que seja determinado a Diretoria Cível que proceda com as anotações necessária para garantir a prioridade de tramitação do processo por ser a parte embargante idoso.

É como voto.

Recife, 15/12/2009


Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator